

DAS RESPONSABILIDADES CIVIL E CRIMINAL DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO

CID TAVARES P. CALDAS MESQUITA
Promotor de Justiça — SP

SUMÁRIO: I — Introdução; II — Da responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho; III — Das obrigações por atos ilícitos; IV — Da liquidação das obrigações resultantes de atos ilícitos; V — Da prescrição; VI — Da legitimidade do Ministério Público para a propositura da ação de reparação de dano, decorrente de ato ilícito; VII — Da conclusão; VIII — Da responsabilidade civil, decorrente de ato ilícito e de acidente do trabalho, na legislação acidentária, na Constituição Federal vigente e na Constituição, em votação na Assembleia Nacional Constituinte; IX — Da Jurisprudência, na responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho; X — Da responsabilidade criminal, decorrente de acidente do trabalho e XI — Da conclusão geral.

I — INTRODUÇÃO

Todo ato ou fato, como parte integrante do mundo jurídico, repercute na vida das pessoas.

Essa repercussão pode atingir desde o relacionamento social até o patrimonial, passando por uma gama de interesses objetivos e subjetivos.

O falecimento de uma pessoa, por exemplo, casada, com diversos bens patrimoniais e obrigações correlatas, assumidas previamente à sua morte e dela decorrentes, interferirá no campo do direito civil, nas suas mais diversas variantes e matizes: no campo do direito de família (casamento), na forma de dissolução da sociedade conjugal (morte); no do direito das coisas, mais precisamente no direito à propriedade, na maneira da aquisição da propriedade imóvel (hereditário — artigo 530, IV, do Código Civil); no do direito real, além da propriedade, como na extinção do usufruto, pela morte do usufrutuário (artigo 739, I, do Código Civil); no direito das sucessões, na sucessão e partilha dos bens e, finalmente, no direito das obrigações, na responsabilidade resultante das obrigações por atos ilícitos (artigos 1.518 a 1.532, todos do Código Civil) e na sua forma de liquidação (artigos 1.537 a 1.553, todos do Código Civil).

Se a morte desse indivíduo for fruto de acidente (típico) ou doença do trabalho ou acidente *in itinere*, além de eventual interferência no direito das obrigações, resultante de atos ilícitos, haverá também uma obrigação indenizatória, decorrente da pro-

teção acidentária, prevista no seguro contra acidentes do trabalho (Lei n. 6.367, de 19 de outubro de 1976).

Além disso, se o infortúnio letal verificou-se por conduta culposa do empregador ou seu preposto (dolo, imprudência, negligência ou imperícia), caracterizar-se-á um ilícito, civilmente indenizável, embora consumado durante a prestação de serviço e caracterizado como acidente do trabalho.

Por derradeiro, se essa culpa revestiu-se também de culpa penal (dolo, negligência, imprudência ou imperícia), responderão também pela prática de homicídio (doloso ou culposos), previsto no artigo 121 do Código Penal.

Dessa sentença condenatória, com trânsito em julgado, na esfera criminal, advirá, como sói acontecer, uma outra espécie de indenização — a indenização civil *ex delicto*.

É forçoso convir, portanto, que um mesmo fato poderá ensejar vários tipos de indenizações, isolada ou concomitantemente: acidentária, civil por ato ilícito, civil decorrente de crime, além das respectivas sanções penais, cabíveis à espécie.

II — DA RESPONSABILIDADE CIVIL, DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO

A — ATO ILÍCITO. CONCEITO

O próprio legislador pátrio encarregou-se de conceituar ou definir o ato ilícito.

Ato ilícito “é aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem” (artigo 159, do Código Civil).

O indivíduo, que assim age, é obrigado a reparar o dano.

Por sua vez, torna-se indispensável entender-se o que seja um ato jurídico, para melhor se compreender toda a sistemática jurídica do ato ilícito.

Ato Jurídico “é todo ato lícito, que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”, segundo definição do artigo 81, do Código Civil.

As principais diferenças, entre ato jurídico e ato ilícito, são que, enquanto o primeiro é fundado no direito, lícito, o segundo é contra a lei e o direito, embora ambos sejam atos de vontade, com produção de efeitos jurídicos.

B — ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ATO ILÍCITO

O direito à indenização civil surge sempre que o prejuízo resulte da atuação do agente, voluntária ou não.

Os elementos constitutivos do ato ilícito são, portanto, o dolo e a culpa.

O dolo é a intenção deliberada de causar o prejuízo, ciente o agente de que a sua conduta provocará o resultado desejado. Essa atuação voluntária poderá ser comissiva (prática do ato) ou omissiva (conduta passiva, inerte, acarretando a consumação do dano).

A culpa é a violação de um dever preexistente, mediante atuação do agente por imprudência, negligência e imperícia.

Se esse dever baseia-se num contrato, a culpa é contratual. Ex.: violação de cláusula de contrato de trabalho.

Se esse dever tem lastro no preceito geral, que manda respeitar as pessoas e bens alheios, a culpa é extra-contratual ou aquiliana. Ex.: motorista embriagado ou com velocidade incompatível com o local, que atropela e mata alguém.

C — GRAUS DE CULPA

A culpa (sentido amplo), abrangendo o dolo e a culpa (sentido restrito), apresenta os graus seguintes:

1. culpa lata ou grave — É a falta por intenção dolosa, ou por negligência, imprudência e imperícia, impróprias ao comum dos homens.

2. culpa leve — É a falta evitável apenas com atenção ordinária.

3. culpa levíssima — É a falta só evitável com atenção extraordinária.

A importância, na apuração dos graus de culpa, no caso concreto, deve-se à possibilidade de determinação correta do quantum a ser indenizado, em se tratando de pagamento único, haja vista que a prestação continuada tem como parâmetro o salário mínimo.

D — MODALIDADES DE CULPA

A culpa (em sentido amplo) tem as modalidades seguintes:

1. culpa in eligendo — Origina-se da má escolha do representante ou preposto. Ex.: Preposto admitido, sem qualificação profissional ou aptidões requeridas para o cargo ou função. É o caso desse preposto que contrate tratorista não habilitado, que venha atropelar a alguém. É confiar o uso de prensa a menor de idade ou desqualificado profissionalmente, que venha a sofrer amputação traumática nos membros superiores.

2. culpa in vigilando — É a que promana de ausência de fiscalização por parte do patrão, quer relativamente aos seus empregados ou prepostos, quer no tocante à própria coisa. Ex.: Empresa de transportes, que tolera a saída de veículos sem freios, dando causa a acidentes.

3. culpa in comittendo — É aquela em que o agente pratica ato positivo (doloso ou culposos, na forma de imprudência).

4. culpa in omittendo — É a decorrente de ato negativo doloso ou abstenção (negligência)

5. culpa in custodiendo — É a falta de cautela ou atenção, em torno de alguma pessoa, animal ou objeto, sob os cuidados do agente.

E — ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO ATO ILÍCITO

Os elementos essenciais à existência do ato ilícito são três:

1. elemento subjetivo (dolo ou culpa);
2. ocorrência do dano (moral ou material);
3. relação de causalidade, entre a conduta dolosa ou culposa do agente e o dano.

F — TEORIA ADOTADA PELO CÓDIGO CIVIL, PARA CARACTERIZAÇÃO DO ATO ILÍCITO

O Código Civil Brasileiro vigente adotou a "Teoria Subjetiva da Responsabilidade Civil", decorrente de Ato Ilícito, para efeitos de reparação do dano.

Desse modo, não bastam a conduta do agente e o dano, sendo indispensável, de conseqüência, a existência do dolo ou culpa, para que haja a respectiva indenização, a ser cobrada do agente causador ou do responsável legal.

A ausência desse elemento subjetivo, ainda que presente o dano, afasta a responsabilidade civil do agente.

Essa teoria encontra-se na definição de ato ilícito, conceituado como "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem" (artigo 159, do Código Civil).

No seguro contra acidentes do trabalho, a responsabilidade é objetiva. Não há indagar-se sobre o elemento subjetivo — dolo ou culpa —, tanto do empregado quanto do empregador.

É suficiente a ocorrência do acidente, doença ou acidente in itinere, que advirá ao acidentado o direito de socorrer-se da legislação acidentária, cabendo ao órgão securitário responsável

— no caso o Instituto Nacional de Previdência Social — a obrigação de indenizar a incapacidade para o trabalho.

G — DAS EXCLUDENTES DE ATOS ILÍCITOS

São aquelas hipóteses em que, inobstante a conduta dolosa ou culposa do agente, por violação a um preceito contratual ou geral, tenha causado prejuízo ou morte de alguém, o fato não constituirá um ilícito civil.

A conduta dolosa ou culposa deixará de caracterizar um ilícito civil, desde que praticado o dano ou fato, em estado de legítima defesa, própria ou de terceiro, ou no exercício regular de um direito reconhecido (artigo 160, I, do Código Civil), a deterioração ou destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente (artigo 160, II, do Código Civil) e em estado de necessidade e estrito cumprimento de dever legal (artigo 23, I e III, do Código Penal vigente, e artigo 65, do Código de Processo Penal).

III — DAS OBRIGAÇÕES POR ATOS ILÍCITOS

A — DOS BENS DO RESPONSÁVEL OU AGENTE CAUSADOR DO DANO

Os bens dos responsáveis pelo dano ou violação do direito de outrem ou pela ofensa ficam sujeitos à reparação do dano causado. Eles são a garantia do ressarcimento e composição do prejuízo.

É o que dispõe o artigo 1.518 do Código Civil.

Em se tratando de responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho, a indenização é garantida pelos bens das pessoas, enumerados no artigo 1.521, III, do Código Civil.

B — DOS RESPONSÁVEIS PELA REPARAÇÃO CIVIL

Dentre o elenco de responsáveis pela reparação civil, decorrente de acidente do trabalho, cumpre-se esclarecer tão-somente a das pessoas, relacionadas no artigo 1.521, III, do Código Civil, consoante já mencionado.

São responsáveis pela reparação civil “o patrão, amo ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou por ocasião dele”, abrangendo também “as pessoas jurídicas que exercerem exploração industrial” (artigo 1.522, do Código Civil).

No tocante à responsabilidade do mandante, por dolo do mandatário, a sua responsabilidade limita-se até à importância que teve (artigo 96, do Código Civil).

Por tais dispositivos legais, definiram-se a responsabilidade civil do patrão ou empregador, pessoa física ou jurídica, bem como de seus prepostos.

C — DA EFICÁCIA DUVIDOSA DO ARTIGO 1.523, DO CÓDIGO CIVIL

O artigo 1.523 do Código Civil, ao disciplinar que “excetuadas as do artigo 1.521, n. V, só serão responsáveis as pessoas enumeradas nesse e no artigo 1.522, provando-se que elas concorreram para o dano por culpa, ou negligência de sua parte”, estabeleceu a responsabilidade subjetiva do patrão, condicionando a indenização à prova de haverem concorrido diretamente para o dano, com culpa ou negligência de sua parte.

A responsabilidade do patrão deveria ser provada em cada caso, pelo prejudicado, não sendo nunca presumida.

Haveria a situação esdrúxula ou singular, consumado o prejuízo: o preposto não pagaria, porque não teria recursos financeiros e nem bens suficientes; o patrão, porque não teria culpa alguma.

Os doutrinadores e juristas reagiram à interpretação dada por esse dispositivo legal, restringindo a prova do elemento subjetivo tão-somente às figuras dos empregados, serviçais e prepostos.

Em primeiro lugar, inspiraram-se no conceito de que o preposto é o instrumento do patrão; o braço pelo qual ele executa o ato.

Em segundo, consideraram como não escrito o artigo 1.523, do Código Civil, que anulava os artigos 1.521 e 1.522, ambos do mesmo Codex.

Em terceiro, encontraram a resposta que procuravam no artigo 1.546, do Código Civil que atribuiu a responsabilidade solidária do farmacêutico “pelos erros e enganos do seu preposto”.

Consagraram, portanto, a culpa presumida do patrão, no caso de ato danoso, cometido pelo preposto.

Essa jurisprudência consolidou-se em nossos tribunais, culminando com a Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal:

“É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto.”

D — DA CULPA PRESUMIDA DO PATRÃO

A Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal revogou o artigo 1.523 do Código Civil Brasileiro, ao asseverar que “é presumida

a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposos do empregado ou preposto”.

Por esse entendimento, sufragado pelo Excelso Pretório, não é preciso mais provar a culpa do patrão. Basta apenas comprovar a ação do preposto, a existência do dano e o nexo etiológico, que emergirá a responsabilidade do empregador.

Entretanto, é necessário que o preposto se encontre a serviço, no exercício do trabalho ou por ocasião dele. Não é imprescindível que o ato lesivo esteja apenas dentre as funções do preposto. É suficiente que estas facilitem a sua prática.

E — DA INDEPENDÊNCIA DAS RESPONSABILIDADES CIVIL E CRIMINAL

O artigo 1.525, do Código Civil, estabeleceu a independência das responsabilidades civil e criminal, oriundas do ato ilícito.

O juízo cível poderá decidir sobre o ilícito civil, exceto se já houve decisão criminal, com sentença condenatória ou absolutória, devidamente transitada em julgado, que não mais poderá ser questionada no cível, por motivos ou razões óbvios, quanto “à existência do fato ou quem seja o seu autor”.

A boa cautela e prudência recomendam se aguarde a solução do litígio, na esfera criminal, evitando-se, dessa maneira, decisões contraditórias ou conflitantes, desfavoráveis sobremaneira ao prejudicado.

A sentença condenatória, na esfera criminal, com trânsito em julgado, faz coisa julgada no cível, já que estariam evidentemente comprovados a autoria, materialidade do fato ou dano, o nexo etiológico e a culpa (dolo ou culpa, em sentido restrito) do agente.

A sentença absolutória, na esfera criminal, com trânsito em julgado, faz coisa julgada no cível, quando negar a existência do fato ou a sua autoria; reconhecer a prática do fato ou ato em estado de legítima defesa, própria ou de terceiro, em estado de necessidade, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. É o que dispõe o artigo 65, do Código de Processo Penal.

A sentença absolutória, na esfera criminal, com trânsito em julgado, não faz coisa julgada no cível, quando a decisão reconheceu que o fato não constitui crime (ausência de tipicidade ou culpabilidade penal); quando não se negou categoricamente a existência do fato; a absolvição se deu por insuficiência de provas; e houve decretação da extinção da punibilidade, sem análise do mérito propriamente dito. Por sua vez, o despacho de arquivamento de inquérito ou das peças de informações também não faz coisa julgada no cível. É o que estipulam os artigos 66 e 67, I, II e III, ambos do Código de Processo Penal.

IV — DA LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES RESULTANTES DE ATOS ILÍCITOS

A — DA INDENIZAÇÃO CIVIL, RESULTANTE DE ACIDENTE DO TRABALHO, NO CASO DE HOMICÍDIO DOLOSO OU CULPOSO

No caso de morte do empregado, a responsabilidade civil, fruto de acidente do trabalho, por culpa do preposto ou presumida do patrão, compreenderá taxativamente o pagamento das “despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família” (artigo 1.537, I, do Código Civil) e “na prestação de alimentos às pessoas a quem o defunto os devia” (artigo 1.537, II, do Código Civil).

Esse dispositivo legal foi muito criticado por não incluir os lucros cessantes e nem os danos morais.

B — DA INDENIZAÇÃO CIVIL, RESULTANTE DE ACIDENTE DO TRABALHO, NO CASO DE LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA, GRAVE E LEVE

Em se cuidando de lesão corporal, em quaisquer de suas modalidades, subsistirá a obrigação de indenizar o ofendido (trabalhador ou empregado) “das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até o fim da convalescença, além de lhe pagar a importância da multa criminal correspondente” (artigo 1.538, caput, do Código Civil).

Essa indenização será duplicada, se as consequências do ato ilícito acarretarem aleijão ou deformidade permanente, sem quaisquer repercussões na capacidade para o trabalho (artigo 1.538, § 1.º, do Código Civil).

Se o acidente provocar aleijão ou deformidade permanente em mulher solteira ou viúva capaz de se casar, na indenização será incluído também o pagamento de um dote, “segundo as possibilidades do ofensor” (patrão, empregador ou preposto), “as circunstâncias do ofendido e a gravidade do defeito” (artigo 1.538, § 2.º, do Código Civil).

A crítica que se faz a tal dispositivo legal, que procurou proteger economicamente a mulher solteira ou viúva, capaz de se casar, atingidas pela desdita do aleijão ou deformidade permanente, foi vincular o valor da indenização à sua condição social, o que é sobremaneira injusto. Os danos psicológicos, oriundos dessas seqüelas irreversíveis e marcantes, atingem a mulher, em qualquer camada social, pela repulsa que tais deformidades possam ocasionar, no seu relacionamento familiar e afetivo.

Na hipótese de incapacidade permanente e total para o trabalho, que induz a uma invalidez, ou de incapacidade permanente e parcial para o trabalho, com necessidade de mudança de ativi-

dade laborativa ou redução de capacidade para o trabalho, a indenização consistirá no pagamento de uma "pensão correspondente à importância do trabalho, para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu" (artigo 1.539, do Código Civil), além do pagamento das despesas do tratamento e dos lucros cessantes, até o fim da convalescença.

C — DA PENSÃO, NO CASO DE MORTE OU INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE OU PARCIAL E PERMANENTE PARA O TRABALHO

A legislação civil, ao referir-se à indenização ou responsabilidade civil, decorrente de ato ilícito, nesse rol incluído o acidente do trabalho, previu a possibilidade do ressarcimento do dano, através do pagamento de uma pensão.

Essa pensão, segundo os artigos 1.537 e 1.539, ambos do Código Civil, visando à composição pecuniária do dano, consistirá em pagamento único ou em prestações mensais ou periódicas.

D — DO VALOR DA PENSÃO, EM RAZÃO DO ATO ILÍCITO

No caso de morte, lesão corporal gravíssima ou grave, incapacidade total e permanente ou incapacidade parcial e permanente para o trabalho, o valor da indenização será determinado pelo Poder Judiciário, havendo controvérsia a ser solucionada na esfera judicial.

Esse valor abrange todas as despesas, desde o pagamento dos lucros cessantes, dote, tratamento médico, até os danos morais.

A jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, estabeleceu certos parâmetros, na apuração do *quantum*, a título de pensão, de natureza indenizatória, em pagamento único ou em prestações. Ela vinculou o seu valor ao do salário mínimo, atual piso nacional de salários.

A propósito, a Súmula 490 do Supremo Tribunal Federal estabeleceu que:

"A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á às variações ulteriores."

Esse critério foi complementado pela Súmula 562 do Supremo Tribunal Federal:

"Na indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito cabe a atualização de seu valor, utilizando-se, para esse fim, dentre outros critérios, dos índices de correção monetária."

Anote-se que tal Súmula refere-se tão-somente às hipóteses de danos materiais, excluídos os pessoais (morte, lesão corporal), mas que pretendeu deixar claro que o valor da indenização deverá ser sempre atualizado por diversos critérios, dentre eles a correção monetária.

Se a pensão consistir em pagamentos periódicos, além da Súmula 490 já citada, poderá ser aplicada também a Súmula 493 do Supremo Tribunal Federal:

"O valor da indenização, se consistente em prestações periódicas e sucessivas, compreenderá, para que se mantenha inalterável na sua fixação, parcelas compensatórias do imposto de renda, incidente sobre os juros do capital gravado ou caucionado, nos termos dos artigos 911 e 912, do Código de Processo Civil."

Essa Súmula referiu-se aos artigos 911 e 912 do antigo Código de Processo Civil (Decreto-Lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939), já revogado. Equivalem-se aos artigos 602 e seguintes, do atual Código de Processo Civil.

E — DO LIMITE DE PAGAMENTO DA PENSÃO

Por ficção jurídica, a jurisprudência limitou o pagamento da pensão, em prestações periódicas, a 65 anos de idade.

Fixou-se um marco divisor, dada a dificuldade de regular a matéria, em que se presumiu que a capacidade para o trabalho cessaria com 65 anos de idade. E, no caso de morte, o acidentado viveria e seria apto para o trabalho, até atingir essa idade.

V — DA PRESCRIÇÃO

A — CONCEITO

Segundo o mestre Clóvis Beviláqua, prescrição "é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não-uso dela, durante determinado espaço de tempo" ("Comentários ao Código Civil Brasileiro", Vol. 1/476).

B — PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

A prescrição atinge diretamente a ação e, por via oblíqua, faz desaparecer o direito por ela tutelado.

A decadência atinge diretamente o direito e, por tabela, extingue a ação. É o efeito indireto ou reflexo.

C — DAS CAUSAS QUE SUSPENDEM A PRESCRIÇÃO

Em razão da matéria tratada, responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho — dentre as diversas causas que

suspendem a prescrição —, a que mais interessa é a disciplinada no artigo 169, I, do Código Civil.

Segundo referido dispositivo legal, não corre a prescrição contra “os incapazes de que trata o artigo 5.º”.

Por sua vez, os incapazes do artigo 5.º do Código Civil são os menores de 16 anos, os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade, os loucos de todos os gêneros e os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

A prescrição não se inicia contra essas pessoas, embora praticado o dano, consumado o fato.

D — DO PRAZO PRESCRICIONAL

Por ser uma ação pessoal, em que se visa a exigir o cumprimento de uma obrigação, o prazo para propositura de ação, visando o ressarcimento do dano, decorrente do ato ilícito, é de 20 (vinte) anos. É o que disciplina o artigo 177, do Código Civil Brasileiro.

O lesado ou seu beneficiário tem cerca de 20 (vinte) anos para ingressar em juízo, pleiteando uma indenização, decorrente de ato ilícito.

Findo tal prazo, a ação estará prescrita.

O início do prazo prescricional se dá a partir do momento em que nasce a ação. É o princípio da *actio nata* (*actione non nata non praescribitur*), isto é, ação não nascida não é prescricional.

Na responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho, inicia-se com o infortúnio.

Cumpra-se assinalar que, no caso do relativamente incapaz — menor entre 16 e 21 anos de idade —, atingidos os dezesseis anos, o prazo prescricional começa a fluir.

É que, segundo o disposto no artigo 156, do Código Civil, o relativamente incapaz — menor entre 16 e 21 anos de idade — equipara-se ao maior, quanto às obrigações, resultantes de atos ilícitos, em que for culpado.

VI — DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO, DECORRENTE DE ATO ILÍCITO

A — DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL

A legitimidade processual do Ministério Público, para a propositura da ação de reparação de dano, decorrente de ato ilícito, vem regulamentada em diversos dispositivos legais.

Dentre outras atribuições, são funções institucionais do Ministério Público promover “a ação civil pública, nos termos da lei” (Lei Complementar Federal n. 40, de 14 de dezembro de 1981 — artigo 3.º n. III).

Além disso, dispõe o artigo 81 do Código de Processo Civil vigente, que “o Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes”.

Não bastasse isso, “quando o titular do direito à reparação do dano for pobre (artigo 32, §§ 1.º e 2.º), a execução da sentença condenatória (artigo 63) ou a ação civil (artigo 64) será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público” (artigo 68, do Código de Processo Penal vigente).

A legitimidade processual do Ministério Público prende-se a dois tipos de ações: a ação civil, para reparação do dano, na fase de conhecimento ou a ação de execução da sentença condenatória criminal, visando a apuração e recebimento do *quantum* indenizável. As únicas condições são a pobreza do titular do direito à reparação do dano e seu manifesto interesse no patrocínio da lide, a cargo do Ministério Público.

A simples instauração do inquérito policial, destinado à apuração dos fatos, já dá legitimidade ao Ministério Público para a propositura de ação civil, visando a reparação do dano.

B — DA NATUREZA DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO

Cuida-se de ação ordinária, não se incluindo no rol dos procedimentos especiais, sumaríssimo ou cautelares.

O seu procedimento vem regulado no artigo 282 e seguintes, todos do Código de Processo Civil vigente.

Nesse tipo de ação, tem acentuada relevância a prova pericial.

A perícia pode abranger, desde o exame do acidentado (necroscópico ou de lesão corporal) até o maquinário ou ferramentas utilizados pelo obreiro, causadores de sua morte ou lesão permanente.

A esse tipo de prova associa-se a testemunhal, destinada à apuração da autoria e culpabilidade do preposto.

VII — DA CONCLUSÃO

Verificado um infortúnio, a responsabilidade empresarial poderá desdobrar-se nos aspectos seguintes: securitário, civil e penal.

No aspecto securitário, consumado o acidente (doença) ou *in itinere* do trabalho, incumbe ao empregador comunicar o fato ao órgão securitário — INPS —, único responsável direto e exclusivo para a outorga dos benefícios acidentários pertinentes.

Essa obrigação resulta da “responsabilidade objetiva do empregador”, isto é, fruto ou não de dolo ou culpa.

Aqui, não se há de indagar se o acidente ocorreu por culpa do patrão ou preposto, ou quicá, mesmo do empregado.

A responsabilidade para a concessão dos benefícios acidentários é do INPS, sendo irrelevante, para o acidentado, tenha ou não o empregador recolhido a quantia devida, calculada com base na folha de pagamentos dos empregados, ao órgão securitário, detentor do monopólio do seguro contra acidentes do trabalho.

No aspecto civil, subsiste a “responsabilidade subjetiva” do empregador ou de seu preposto.

Torna-se indispensável, à configuração do ilícito civil, seja demonstrada apenas a culpa do preposto, dispensada a do patrão ou empregador, já que ela é presumida, por força da Súmula 341, do Supremo Tribunal Federal.

Há necessidade de comprovação, portanto, da culpa (dolo e culpa, em sentido restrito) do preposto.

A responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho, é independente da indenização securitária, contra acidentes do trabalho. Uma indenização não exclui a outra, nem desobriga ou o INPS ou o empregador.

O acidentado do trabalho ou seu beneficiário legal poderá mover duas ações: uma contra o INPS, visando o recebimento dos benefícios acidentários, cabíveis à espécie. E outra contra o empregador e seu preposto, visando o ressarcimento do dano, decorrente do ato ilícito culposos. A primeira pelo procedimento sumaríssimo; a segunda, pelo ordinário.

A cumulabilidade das ações acidentária e civil veio consagrada na Súmula 229 do Supremo Tribunal Federal:

“A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador.”

A condição precípua, para a configuração da responsabilidade civil do empregador, é a presença do elemento subjetivo. É preciso que o preposto tenha agido com dolo ou elaborado com culpa grave, consistente no elemento da falta inexcusável, da falta de explicações aceitáveis, da absoluta falta de causa elisiva, do descaso do empregador pela saúde de seus empregados.

No aspecto criminal, há também a “responsabilidade subjetiva” do agente, podendo recair tanto na pessoa do empregador,

quanto de seu preposto. Basta a responsabilidade penal do preposto, para caracterizar a responsabilidade civil do patrão.

A existência do elemento subjetivo — dolo ou culpa — já é suficiente para a configuração do ilícito penal. Contudo, é indispensável à sua existência que o fato praticado, além de doloso ou culposos, seja típico, antijurídico e punível.

VIII — DA RESPONSABILIDADE CIVIL, DECORRENTE DE ATO ILÍCITO E DE ACIDENTE DO TRABALHO, NA LEGISLAÇÃO ACIDENTÁRIA, NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL VIGENTE E NA CONSTITUIÇÃO, EM VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

A — DA RESPONSABILIDADE CIVIL, NA LEGISLAÇÃO ACIDENTÁRIA

A responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho, mais especificamente, foi abordada também pelo Decreto-lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944. Em seu artigo 31, estabeleceu que “o pagamento da indenização estabelecida pela presente lei exonera o empregador de qualquer outra indenização de direito comum, relativa ao mesmo acidente, a menos que este resulte de dolo seu ou de seus prepostos”.

Omitiu-se a culpa grave, inserida na Súmula 229 do Supremo Tribunal Federal:

“A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador.”

O Decreto-lei n. 7.036, de 1944, pretendeu retirar a responsabilidade civil, decorrente de acidente do trabalho, já regulamentada no Código Civil, com intuito de proteger a classe dominante empresarial, urbana ou rural, porquanto restringiu a hipótese de indenização, pelo direito comum, no caso de dolo, excluída a culpa, do empregador.

O Supremo Tribunal Federal, sob o pretexto de corrigir essa injustiça, acrescentou a culpa grave.

Entretanto, a menção de possibilidade desse tipo de ação, na legislação acidentária, era desnecessária, porque já estava contemplada no Direito Civil.

Além disso, ao tratar dos atos ilícitos, o Código Civil Brasileiro não distinguiu o dolo ou a culpa, nem exigiu fosse esta apenas de natureza grave.

Ainda que já fosse de natureza leve, haveria o direito do acidentado ou seus beneficiários de pleitearem a indenização pelo direito comum.

Verifica-se, portanto, que o Decreto-lei n. 7.036, de 1944 jamais poderia reduzir a proteção ao acidentado ou seus bene-

ficiários, outorgada de maneira ampla e irrestrita pela legislação civil.

As demais legislações — Lei n. 5.316, de 1967 e Lei n. 6.367, de 1976 — não trataram desse tema, mesmo porque era supérfluo, pois já havia e há legislação específica — Código Civil — regulando a matéria.

B — DA RESPONSABILIDADE CIVIL, NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL VIGENTE

A Constituição Federal vigente é omissa, no tocante à garantia do direito à indenização pelo direito comum, em razão de conduta dolosa ou culposa do empregador ou de seu preposto, que contribuiu para a eclosão do acidente ou doença do trabalho.

Apenas garantiu, em seu artigo 165, XVI, dentre outros direitos, “seguro contra acidentes do trabalho”.

C — DA RESPONSABILIDADE CIVIL, NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

A Constituição Federal, em votação na Assembleia Nacional Constituinte, teve aprovados, em primeiro turno de votação, no Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais — Capítulo II — Dos Direitos Sociais — em seu artigo 7.º, inciso XXV, dentre outros direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais “seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Houve um avanço, em termos de legislação, porque a própria Constituição Federal, se aprovada com esse texto, reafirmará a possibilidade de indenização pelo direito comum, independentemente do seguro contra acidentes do trabalho, no caso de dolo ou culpa do empregador, sem fazer qualquer distinção quanto aos graus de culpa.

Não se pode dizer que se constituiu num retrocesso, visto que se deveria inserir a responsabilidade objetiva, como foi prevista para o meio ambiente, e não manter a responsabilidade subjetiva.

A explicação lógica é que não se poderia prever a responsabilidade objetiva, no caso de indenização civil, decorrente de acidente do trabalho, porque haveria uma discriminação odiosa, contemplando uma categoria de pessoas com a responsabilidade objetiva, enquanto os demais estariam ainda jungidos à responsabilidade subjetiva, prevista no Código Civil.

A bem da verdade, esse dispositivo não deveria constar do texto da Carta Magna em elaboração, já que esse tipo de

indenização já é regulado na legislação ordinária e inexistia dispositivo legal algum proibitivo da cumulabilidade dos benefícios acidentários e civil.

A solução somente seria acertada, se houvesse modificação também no Código Civil ou algum dispositivo constitucional, que estendesse tal “responsabilidade objetiva” a todas espécies de atos ilícitos.

IX — DA JURISPRUDÊNCIA, NA RESPONSABILIDADE CIVIL, DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO

“Responsabilidade Civil — Acidente do Trabalho — Indenização com Base no Direito Comum — Inexistência de Dolo ou Culpa Grave do Empregador — Ação Improcedente — “A indenização por acidente do trabalho com base no direito comum somente é devida quando o empregador tiver agido com dolo ou culpa grave” (RT, 603/114).

“Responsabilidade Civil — Indenização Acidentária e pelo Direito Comum — Cumulação — Aplicação dos Artigos 159 e 1.521 do CC — Carência Afastada — Recurso Provido em Parte.

Responsabilidade Civil — Indenização Acidentária e pelo Direito Comum — Cumulação — Ação Movida também contra Terceiros não Empregadores — Aplicação do Artigo 159 do CC — “São acumuláveis as indenizações acidentária e de Direito comum quando apurada no comportamento patronal a existência de dolo ou culpa grave. Para que terceiros possam ser responsabilizados civilmente não se exige o requinte da gravidade da culpa, bastando a em grau mais leve, a teor do artigo 159 do CC”. (RT, 548/156) (Caso Joelma — Ação movida por quatro casais, cujos filhos, durante a jornada de trabalho e na prestação de serviços, vieram a falecer no incêndio verificado — 2.º TACivSP).

“Acidente do Trabalho — Intoxicação Exógena — Emissões Letais de Gás Sulfídrico e de Sulfureto de Carbono — Evento Verificado no Interior de Esgoto Subterrâneo — Omissão do Réu no que tange à Segurança de seus Empregados — Procedência de Ação de Indenização por Ato Ilícito.

Acidente do Trabalho — Indenização pelo Direito Comum e Reparação Acidentária — Cumulação — Requisitos.

“Para a cumulação da reparação acidentária e de direito comum exige-se a existência de dolo, ao qual se equipara a falta grave” (RT, 530/146 — 2.º TACivSP — Aplicou a Súmula 229 do Supremo Tribunal Federal. Deu indenização, por pagamento único e pensão, calculada com base no salário-mínimo).

X — DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL, DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO

A — ASPECTOS GERAIS

Um mesmo fato poderá caracterizar um ilícito civil, concomitantemente com um acidente do trabalho.

Ao lado disso, poderá haver também um ilícito penal, simultaneamente com o ilícito civil, decorrente de acidente do trabalho.

No caso de morte de um operário, no desempenho de sua atividade laborativa, apurado o homicídio, doloso ou culposos, através de inquérito policial, instaurado pela autoridade policial, evidenciada a culpa do patrão ou preposto, contra eles será instaurada a competente ação penal, já que a sua conduta extrapolou os limites suportáveis pelo ordenamento social, configurando um ilícito penal punível.

B — DO CRIME

1. Conceito.

Segundo a definição doutrinária, extraída do Código Penal, crime “é toda ação humana típica, culpável, antijurídica e punível”.

2. Elementos do Crime.

Os elementos do crime, extraídos de sua definição ou conceito, são os seguintes: ação, tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e punibilidade.

3. Da Ação.

A ação é o primeiro momento objetivo ou material do delito. Ela pode ser positiva (movimento ativo do corpo) ou negativa (movimento passivo do corpo).

É, portanto, a conduta humana positiva ou negativa, capaz de produzir um fato, suficiente para caracterizar um ilícito penal.

4. Da Tipicidade.

A ação deve ser típica, isto é, a conduta do sujeito ativo ou agente deve ter tipicidade.

Atuar tipicamente é agir de acordo com o tipo.

Tipo, portanto, é a descrição da conduta humana, realizada pela lei, e correspondente a um crime.

5. Da Antijuridicidade.

Para a existência de um crime, não basta a ação ou comportamento humano, que se insere na descrição do tipo, previsto em lei.

Exige-se que essa ação seja também antijurídica ou ilícita, contrária ao direito.

A antijuridicidade consiste num juízo valorativo do comportamento humano, ou seja, em relação ao fato lesivo do bem jurídico.

Há determinadas justificativas, que retiram o caráter antijurídico do fato, fazendo com que deixe de ser considerado como crime, embora resultante de uma ação, ajustado a um tipo penal e culpável.

É o caso da legítima defesa, própria ou de terceiro, do estado de necessidade, do estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de um direito, previstos na legislação penal.

6. Da Culpabilidade.

A culpabilidade é o elemento subjetivo do delito.

Em matéria criminal, é inadmissível a “responsabilidade objetiva”, vigente na indenização acidentária e seguridade previdenciária.

Na culpabilidade, o resultado lesivo ao direito há de ser atribuído a título de culpa (*lato sensu*), nela englobados o dolo e a culpa.

Dolo é a atividade subjetiva do agente, em que ele quer o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Culpa é também a atividade subjetiva do agente, em que ele, deixando de empregar a atenção ou diligência de que era capaz face às circunstâncias, dentro dos padrões do *homo medius*, não previu o caráter delituoso de sua ação ou o resultado, ou, tendo-o previsto, supôs que não se realizaria, bem como, quando quis o resultado, militando, entretanto, em inescusável erro de fato.

Espécies de Dolo.

O dolo pode ser:

a) Direto — Quando o agente quis o resultado.

b) Indireto — Quando o sujeito ativo assumiu o risco de produzi-lo.

Por sua vez, o Dolo Indireto subdivide-se em:

a) Dolo Indireto Alternativo — Quando o agente quer uma das alternativas, que a sua conduta ou ação possam causar. Ex.: Matar ou lesar a vítima, no caso de disparo de arma de fogo.

b) Dolo Indireto Eventual — Quando o sujeito ativo prevê o resultado, mas não se importa com ele, embora essa não seja a razão de sua conduta.

Espécies de Culpa.

A culpa apresenta duas espécies:

a) culpa consciente ou *ex lascivia* — Ocorre quando o agente prevê o resultado mas espera que ele não se efetive. Ex.: É o chefe de segurança, o engenheiro de segurança ou preposto, numa indústria, que permite o trabalho de empregado em máquina defeituosa, que lhe poderá ocasionar a morte ou lesão corporal.

b) Culpa Inconsciente ou *ex ignorantia* — É aquela em que o resultado previsível não é previsto pelo agente. Ele não chegou a prever a possibilidade do resultado lesivo, em razão de sua própria ignorância em não atentar sobre o fato.

Modalidades de Culpa.

As modalidades de culpa são três:

a) negligência — É a inação, inércia ou passividade do agente. Este deveria agir, face às circunstâncias, mas permanece material (corpórea) e subjetivamente (psíquica) inerte. Reduz-se a um comportamento negativo. Ex.: Não colocar cartaz de advertência, em máquina sabidamente defeituosa, que venha a ser operada por empregado, que falece ou sofre lesões corporais.

b) imprudência — É a forma positiva de culpa, em que o indivíduo não deveria agir, mas age, faltando os poderes inibitórios. Ex.: Permissão dada por chefe de seção, em indústria, para que empregado opere prensa defeituosa, que lhe ocasiona a amputação traumática de um dos quirodáctilos.

c) imperícia — É a modalidade de culpa, que pressupõe arte ou profissão. Consiste na incapacidade, na falta de conhecimento ou habilitação para o exercício de determinado mister. É a contratação de um engenheiro mecânico ou de segurança, desprovido de qualificação profissional suficiente, que devido à sua conduta, ao aferir um funcionamento de uma máquina, certifica sua possibilidade de uso, inobstante os enguiços constantes, sem qualquer manutenção, fazendo com que o seu operador venha a sofrer lesões corporais.

Elementos da Culpa.

Além do elemento subjetivo da culpa, para que haja culpabilidade, são necessários, pelo menos, dois elementos:

a) imputabilidade do agente — É preciso que o sujeito ativo seja penalmente imputável, responsável mentalmente pelos atos praticados, ou seja, no primeiro caso, maior de 18 anos de idade, e apresente higidez psíquica, suficiente para entender o caráter criminoso do fato praticado.

b) exigibilidade de outra conduta ou conduta diversa — Culpável é a pessoa que praticou o fato, quando outra conduta

lhe era exigida. É o caso do preposto, que a mando do patrão, permite o trabalho de empregado, em ambiente do trabalho, em local e manuseio de máquinas, em desacordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Portaria n. 3.214, de 08-06-78, que estabelece uma série de normas para as mais variadas atividades profissionais.

Essas tabelas são meramente exemplificativas, significando mesmo observadas tais normatividades, conforme o caso, poderá acarretar ainda a responsabilidade penal.

7. Da Punibilidade.

Toda ação típica, antijurídica e culpável deverá ser obrigatoriamente punível, isto é, acompanhada da respectiva sanção penal, consistente em medida privativa de liberdade, de direitos, de segurança ou de multa pecuniária.

C — DO ILÍCITO CIVIL E ILÍCITO PENAL

Não há diferenças, entre o ilícito civil e o ilícito penal, ainda que decorrentes de acidente do trabalho.

O ilícito é apenas um. A sanção penal destina-se coibir as ofensas de maior vulto, que colocam em risco a própria sobrevivência da sociedade, ao passo que a civil apenas restabelece o equilíbrio gerado pela ofensa, que não ocasionou maiores repercussões na comunidade.

A diferença reside, portanto, na gravidade do fato. Um fato de maior gravidade exige uma sanção de maior gravidade, no caso a penal. Um de menor gravidade, contenta-se com a sanção civil, de ordem pecuniária.

D — DOS CRIMES

1. Do Homicídio.

O crime de homicídio vem regulamentado no artigo 121 do Código Penal, sendo punido a título de dolo ou culpa.

O homicídio pode ser simples (artigo 121 *caput* do Código Penal) ou qualificado (artigo 121, § 2.º do Código Penal).

Em se tratando de homicídio culposo (artigo 121, § 3.º, do Código Penal), haverá possibilidade de exacerbação da pena, "se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício". (Artigo 121, § 4.º, do Código Penal.)

Com efeito, na responsabilidade criminal, decorrente de acidente do trabalho, comprovado que este se consumou pela conduta culposa do engenheiro mecânico, de segurança ou técnico de segurança do trabalho, devidamente contratados e habilitados profissionalmente, a pena será exasperada em um terço.

O fundamento, para esse incremento da pena privativa de liberdade, é que por serem pessoas especializadas, o evento poderia ser evitado, sendo, portanto, injustificável a conduta desidiosa ou negligente desses profissionais.

2. Da Lesão Corporal.

O crime de lesão corporal pode ser doloso ou culposos.

De acordo com a gravidade do fato, a pena privativa de liberdade foi fixada, exasperando-se para as de natureza grave e gravíssima.

Na lesão corporal, decorrente de acidente do trabalho, o delito será de natureza grave, se houver incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função e aceleração de parto, em se cuidando de acidentada.

Será gravíssima, se a lesão acarretar incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente e aborto.

No caso de lesão corporal culposa, a pena poderá ser também aumentada, se presentes as condições estabelecidas para o artigo 121, § 4.º, do Código Penal. É o que dispõe o artigo 129, § 7.º, do Código Penal.

3. Do Crime de Perigo para a Vida ou Saúde de Outrem.

Trata-se de crime de perigo, exigindo-se, para sua tipificação e consumação, seja ele concreto.

É punível a título de dolo, em que o agente dolosamente expõe a vida ou a saúde de determinada pessoa a perigo direto e iminente.

Entretanto, quando a exposição atinge a incolumidade pública ou um número indeterminado de pessoas, haverá outras modalidades de crime, previstas nos artigos 250 a 285 do Código Penal.

O crime de perigo à vida ou à saúde de outrem vem previsto no artigo 132 do Código Penal. E, segundo a exposição de motivos do Código Penal (Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940), esse dispositivo legal visou proteger não só a integridade física do operário, quando em trabalho, mas também de qualquer outra pessoa.

Trata-se de dispositivo legal, cuja responsabilidade criminal exsurge independentemente de qualquer acidente ou doença do trabalho. Basta o perigo à vida ou integridade física ou saúde do empregado, para que o crime se consuma.

A sua natureza é, portanto, preventiva e de salutar importância na área de infortunistica, pelo alcance social de sua norma jurídica.

4. Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública.

Esses crimes de perigo comum — incêndio (doloso e culposos), explosão (dolosa e culposa), uso de gás tóxico ou asfixiante (doloso e culposos), fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante (doloso), inundação (doloso), perigo de inundação (doloso), desabamento ou desmoronamento (doloso e culposos), etc. — estão regulamentados nos artigos 250 a 259 do Código Penal.

Ao lado desses, há também os crimes contra a saúde pública — epidemia (doloso e culposos) e outros — previstos nos artigos 267 a 285 do Código Penal.

Esses crimes de perigo comum, em que um número indeterminado de pessoas é atingido, ou em que toda uma comunidade é colocada em risco, pela desídia da atividade empresarial, têm ligação direta com a proteção do meio ambiente, no caso de poluição do ar, dos rios, nascentes, florestas, etc.

XI — DA CONCLUSÃO GERAL

Um fato pode caracterizar, ao mesmo tempo, um ilícito civil e um ilícito penal, além de um acidente do trabalho.

Outras vezes, essa conduta tipifica tão-somente um ilícito penal, sem que o infortúnio tenha se consumado, bastando tão-somente a ocorrência de uma situação de perigo concreto, suficiente para expor a vida ou saúde do operário a um efetivo dano.

Desse modo, verificadas tais condições, exsurgirão as responsabilidades civil e criminal, decorrentes de acidente do trabalho, a cargo do empregador ou preposto.

Na ação acidentária, a responsabilidade é objetiva, independentemente da culpa do patrão ou do preposto ou mesmo do próprio empregado, ensejando a indenização cabível à espécie, a cargo do órgão securitário — INPS.

As responsabilidades civil e criminal são subjetivas, isto é, dependem do dolo ou culpa do patrão ou preposto. A deste deve ser provada enquanto a daquele é presumida, por força da Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal.

A responsabilidade penal, dependente do elemento subjetivo do agente, devidamente comprovada, tanto é do sujeito ativo imediato, no caso o chefe de seção, o engenheiro de segurança e técnico de segurança do trabalho, quanto dos mediatos dentre eles os gerentes, diretores-administrativos, prepostos, patrões, empregadores e presidentes de empresas.

Ainda é possível que, em razão do ilícito penal, surja uma ação civil *ex delicto*.

Por derradeiro, é de anotar-se a cumulabilidade da ação acidentária e ação civil, decorrente de acidente do trabalho, sendo que uma não exclui a outra, nem as responsabilidades das pessoas ou órgãos envolvidos no fato. É o que prevê a Súmula 229 do Supremo Tribunal Federal.

Em suma: Um acidente ou doença do trabalho poderá caracterizar concomitante e simultaneamente, um ilícito civil e um ilícito penal, cabendo ao lesado ou beneficiário reclamar seus direitos na esfera civil e exigir, na criminal, a sanção penal correspondente. Além disso, pleitear a indenização acidentária.